

CRIANÇAS BEM PEQUENAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS: DA PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS AO USO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Brena Stefani de Brito Pinheiro de Sousa¹
Edivone Meire Oliveira²

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca da pesquisa realizada sobre a inserção de recursos tecnológicos em uma creche da rede municipal de Fortaleza. Objetivamos conhecer as concepções das professoras de crianças bem pequenas sobre o uso das novas tecnologias em suas vivências e atividades cotidianas na escola, bem como verificar a forma como essa inserção acontecia. A pesquisa, de natureza qualitativa, se caracterizou como um estudo de caso, porquanto foi realizada com as docentes de uma turma de infantil III. Como técnicas de coleta de dados, optamos por entrevistas, efetivadas com as duas professoras e, observações do ambiente escolar. Verificamos que os recursos tecnológicos ainda eram minimamente utilizados em vivências com crianças bem pequenas na escola pesquisada, não havendo na creche os materiais orientados pelos documentos normativos, tais como, gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, entre outros. Constatamos ainda concepções antagônicas acerca do uso de tecnologias da informação e comunicação em âmbito escolar: uma das professoras utilizava as tecnologias de forma intuitiva e esporádica, se queixando da falta de recursos e do despreparo profissional para tal empreitada, desmontando o interesse por formação continuada para se aperfeiçoar em suas práticas docentes; a outra desaprovava o uso desses recursos, defendendo a ideia de que tais recursos não deveriam ser apresentados e explorados por crianças bem pequenas. Por fim, comprovamos ainda a relevância e necessidades de formação continuada a todos as docentes para que possam apropriar-se do uso dos recursos tecnológicos e saber como utilizá-los em seu fazer pedagógico.

Palavras-chave: Recursos tecnológicos, Educação Infantil, Crianças bem pequenas.

INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre os avanços tecnológicos na contemporaneidade, é perceptível que muitas das atividades do nosso cotidiano são realizadas por meio de recursos tecnológicos. Todavia, a inserção das tecnologias no âmbito educacional passou a passar a incidir, inicialmente, apenas no ensino fundamental e médio nas décadas de 1980 e 1990 (Fernandes e Machado, 2019). Quanto as tecnologias no âmbito da Educação

1 Professora da Educação Infantil da rede pública de educação de Fortaleza - CE. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – Pedagogia/UFC. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional/PLUS. E-mail brenna.stefani.bp@gmail.com

2 Professora adjunta do departamento de Educação da URCA. Coordenadora da Especialização em Educação Infantil da URCA. Doutora em Educação/UFC. Mestre em Educação/UFC. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional/UFC. Pedagogia/UFC.

Infantil, ao realizarmos uma breve busca na internet por materiais bibliográficos sobre a temática, notamos que ainda são escassos os estudos e mais diminuta ainda quando nos referimos a bebês e a crianças bem pequenas³.

Sabe-se que atualmente as tecnologias, aqui delimitadas às da informação e comunicação, estão integradas direta ou indiretamente à vida das crianças. Deste modo, ratificamos a necessidade de estudos e reflexões de como as tecnologias devem ser utilizadas e inseridas no contexto de desenvolvimento e aprendizagem infantil em creches. Desse modo, confirmamos a relevância desse estudo.

Tal necessidade foi perceptível durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia da Covid-19, quando as crianças e professoras da educação infantil tiveram que superar vultosos desafios e se adequar ao modo remoto de educação. Obviamente que tal empreitada não assegurou os direitos de aprendizagem e desenvolvimento infantis, haja vista que os eixos do trabalho em creches e pré-escolas são as interações e a brincadeira, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009), o que foi inviabilizado pela educação remota.

Também entendemos que se o currículo para a primeira infância está estruturado em campos de experiências, em consonância com os direitos infantis de conviver, brincar, explorar, participar, expressar e conhecer-se, os encontros remotos não impactaram ou incidiram moderadamente na educação das crianças de creches e pré-escolas.

Além disso, as instituições e as professoras foram surpreendidas pela necessidade de lidar com as tecnologias abruptamente, para as quais não estavam preparadas. No entanto, vale mencionar que o Ministério da Educação tem determinado o uso de tecnologias nas atividades pedagógicas com crianças da Educação Infantil, conforme artigo 9º das DCNEI (Brasil, 2009).

Assim sendo, duas indagações emergiram-nos: as professoras de creche se utilizam de tecnologias da comunicação e informação no cotidiano institucional? Quais e como essas tecnologias estariam sendo efetivadas no âmbito educacional? Nesse sentido, objetivamos conhecer as concepções das professoras de crianças bem pequenas sobre o uso das novas tecnologias em suas vivências e atividades cotidianas na escola, bem como analisar a forma como essa inserção acontecia.

METODOLOGIA

³ Crianças com idade entre 1 anos e seis meses até 3 anos e 11 meses, conforme a Base Comum Nacional Curricular (Brasil, 2018).

Para alcançarmos nossos objetivos, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, por meio de um estudo de caso em uma creche da rede municipal de Fortaleza, Ceará. Optamos por realizar entrevistas com as professoras e observar o ambiente institucional. Participaram da pesquisa 20 crianças de uma turma de infantil III; duas professoras a quem passamos a denominar de Flor e Rosa, objetivando a ética e sigilo de suas participações na pesquisa. O instrumental da entrevista semiestruturado foi elaborado previamente, sendo constituído por 13 questões, entre elas indagações sobre os dados profissionais das participantes da pesquisa e reflexões acerca da temática explorada com essa investigação.

A análise dos dados foi realizada à luz dos seguintes autores: Anjos (2021), Costa (2022), Fernandes e Machado (2013), Silva (2011). Também utilizamos os seguintes documentos que regem a educação infantil no Brasil: a resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2009, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (Brasil, 2009); a Base Comum Nacional Curricular (Brasil, 2018) e; o Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC (Ceará, 2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o dicionário Michaelis, tecnologia pode ser um “Conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas relativos a arte, indústria, educação [...]”, podendo ser “[...] Conhecimento técnico e científico e suas aplicações a um campo particular [...]”, constituindo-se na “Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral [...]”. Neste trabalho, nosso foco são as tecnologias da comunicação e da informação na educação infantil.

Araújo e Vilaça (2016) elucidam-nos que a troca de informações é um dos campos que foi mais influenciado pelas tecnologias, sendo a internet e as redes sociais as mais impactantes na sociedade. Entretanto, vale salientar que apesar dos avanços tecnológicos e do acesso a estes mais difundido, ainda há uma parte da sociedade que não tem acesso a esses recursos, sendo necessária a infoinclusão social.

Sobre a exclusão tecnológica e digital existente ainda na sociedade, concordamos com Silva (2011, p.531) quando afirma que

Ter acesso à tecnologia é o passo inicial para combater a exclusão digital que ainda atinge um grande contingente de indivíduos no Brasil já que, com relação

ao analfabetismo tecnológico, a situação não difere muito do quadro de analfabetismo como um todo no país.

Numa sociedade em que é notória a afinidade entre crianças e mídias digitais com efeitos visíveis em sua vida tem movido pesquisadores da área a analisar os benefícios e danos dessa relação ao processo formativo infantil. Sarmiento (2011) alerta para as transformações que tem ocorrido nas práticas sociais de crianças e adultos e em suas formas de interação, chamando a nossa atenção para as alterações no modo de se viver a infância, na escola e demais instituições sociais. Os efeitos das tecnologias de informação e comunicação sobre as crianças tem instituído ponto de convergência para as discussões a respeito da temática.

Nesta pesquisa, deslocamos o foco dos riscos que as tecnologias da comunicação e informação imputam às crianças para o direito delas à inclusão no mundo tecnológico, buscando entender o que e como as escolas e professoras tem oferecido às crianças em termos de comunicação e informação por meio das tecnologias.

Conjecturamos, pois, que as tecnologias precisam estar nas escolas de forma responsável e consciente, não sendo mais possível recusá-las, dada a sua inserção na vida das crianças, por vezes, de forma desregrada e sem o devido acompanhamento. As instituições educacionais precisam viabilizar a interação entre crianças, cultura e sociedade. Vygotsky (1989) defende que o homem se concretiza mediante as interações sociais com o outro e com o mundo; logo, como vivemos em uma sociedade digital e tecnológica, as escolas necessitam incorporar as tecnologias em suas práticas cotidianas, aliando-se a esses recursos com propósitos educacionais para o desenvolvimento integral das crianças.

Nos dias atuais, a criança é vista como um ser ativo e potente dentro da sociedade, onde aprendem e se desenvolvem mediante as interações sociais com o outro e com o mundo físico (Vygotsky, 1989). Nessa direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Brasil, 2009), em seu artigo 4º, determinam que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Nessa perspectiva, a criança é considerada como ator social relevante, protagonista de suas aprendizagens, devendo ser respeitada em suas especificidades para

que seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam assegurados em creches e pré-escolas.

Mas, no Brasil, apenas em 1988, por meio da atual constituição federal (Brasil, 1988), foi garantido o direito de atendimento às crianças de zero a seis anos de idade em instituições educacionais; somente a partir da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Educação Infantil passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e; muitos anos depois, em 2009, foram estabelecidos os direcionamentos à inclusão de tecnologias com crianças da Educação Infantil mediante as DCNEI que estabelece em seu artigo 3º:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Mais à frente do documento, no artigo 9º, inciso XII, temos que

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: [...] possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos (Sublinhado nosso).

Em nossa sociedade, é fato que as crianças estão inseridas desde bebê em uma cultura e sociedade regidas pelas tecnologias. Assim sendo, frente a esse documento que tem caráter mandatório, não podemos mais nos eximir da responsabilidade de propiciar às crianças os recursos tecnológicos de comunicação e informação, oportunizando lhes aprendizagens e desenvolvimentos, posto que são sujeitos sociais, históricos e de direitos.

Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018, p.38), encontramos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, a saber: conviver, participar, brincar, conhecer-se, expressar e explorar. Importa aqui dar destaque ao direito de explorar, haja vista que as crianças precisam:

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia (sublinhado nosso).

Impõe-se nos ainda mencionarmos o Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC (Ceará, 2019) que apresenta a cultura digital como uma das temáticas integradoras que devem fazer parte da educação básica do estado do Ceará. Assim sendo,

A escola como um dos responsáveis pela proteção da criança e do adolescente deve incluir conhecimentos e estratégias que promovam o desenvolvimento de habilidades analíticas voltadas para o uso seguro da internet e demais tecnologias da informação. Esse conhecimento deve ser construído junto com as crianças e adolescentes, atribuindo-lhes autonomia dentro de um contínuo que lhes possibilite a compreensão tanto das potencialidades quanto dos desafios e riscos que o mundo digital oferece (Ceará, 2019, p. 103).

Com relação à Educação Infantil, o DCRC (Ceará, 2019, p.112) evidencia que cabe ao professor dentro dos espaços coletivos da Educação Infantil possibilitar vivências que favoreçam “[...] articulações das experiências das crianças com o repertório científico, cultural, tecnológico e artístico que constitui as nossas práticas culturais [...]”. Novamente, o acesso e a exploração das tecnologias se faz presente na documentação que rege a educação infantil.

De acordo com Fernandes e Machado (2013, p. 375),

As tecnologias aliadas às propostas curriculares da Educação Infantil, permitirão às crianças explorar novos conhecimentos, aprendendo a pesquisar, questionar, expressar sua opinião, pensar e elaborar ideias de maneira lúdica, interativa e divertida, tornando o processo de aprendizagem mais interessante.

Portanto, compreendemos que as crianças tem direito ao acesso às tecnologias com o devido planejamento das ações e seu acompanhamento cuidadoso, fazendo-se necessária a sua inclusão em creches e pré-escolas como forma de garantir o direito das crianças de interagir com a sua cultura, com o mundo físico e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil – CEI da rede municipal de Fortaleza localizado no bairro de Messejana. Atendia bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas de até quatro anos. A instituição apresentava boa estrutura física, com espaços que pareciam favorecer as interações, as experiências entre as crianças e a acessibilidade.

Nas dependências da creche encontramos: nove salas de referências, uma sala de inovação, banheiros infantis com acessibilidade, secretaria, coordenação, sala de professores, refeitório, fraldário, lactário, *solarium*, e área de lazer com *playground*. A instituição contava com o apoio de 30 funcionários, entre eles: professores, vigilantes, secretários, manipuladores de alimentos, auxiliares de serviço gerais e agentes

educacionais. Os colaboradores demonstraram dedicação e comprometimento com o desenvolvimento das crianças.

As observações e entrevistas foram realizadas em uma turma de infantil III, composta por 20 crianças, sendo 11 meninos e 9 meninas; 2 professoras e uma auxiliar. A sala de referência era ampla, com uma boa iluminação natural e artificial, onde era perceptível a organização de materiais estruturados e não estruturados dispostos ao alcance das crianças, que tinham livre acesso a esses materiais.

Procuramos observar a utilização de recursos tecnológicos nas vivências oportunizadas às crianças bem pequenas no cotidiano escolar, buscando averiguar como acontecia, como era o acesso das crianças às tecnologias e como elas se comportavam frente a tais propostas. No que se refere às entrevistas com as docentes, cuidamos para que ocorressem de maneira tranquila, de acordo com a disponibilidade de cada uma.

As Observações

Constatamos durante as visitas ao CEI a existência de uma sala de inovação tecnológica, que tinha como objetivo proporcionar às crianças “[...] o acesso às novidades tecnológicas, ao incentivar a criatividade, inovação e protagonismo estudantil” (Fortaleza, 2021). A sala contava com poucos e insuficiente recursos: dois *Chromebook*⁴, alguns materiais não estruturados tais como rolo de papel higiênico, tampinhas e tintas, pincéis para pintura. A sala contava ainda com uma profissional específica que objetivava auxiliar os professores e as crianças com o uso da sala e dos recursos. Durante o período de observações, não tivemos a oportunidade de acompanhar as experiências propostas pelas docentes nessa sala, porém, nas entrevistas, uma das professoras, Rosa, nos relatou como se procedeu uma das atividades realizadas na sala de inovação: as crianças utilizaram o *Chromebook* para assistir um vídeo da Turma da Mônica, em seguida brincaram com materiais não estruturados. Segundo a professora, o objetivo da proposta era proporcionar momentos de deleite e brincadeiras livres, ao que compreendemos que o vídeo não tinha relação com as brincadeiras subsequentes, ou seja, a atividade na sala de inovações não nos pareceu decorrer de um projeto ou de um planejamento, caracterizando-se apenas como uma atividade fortuita.

⁴ Os **Chromebooks** são **notebooks** que usam o software operacional Chrome, desenvolvido especialmente para aplicativos da Web, e contam com clientes de nuvem para salvar aplicativos, documentos etc.

Nas observações realizadas na sala de referência, notamos que a professora Rosa parecia oportunizar mais vivências com recursos tecnológicos, enquanto a professora Flor, durante nossa estadia de duas semanas na creche não fez uso de recursos tecnológicos com as crianças. Uma das atividades observadas que chamou nossa atenção diz respeito a uma experiência que provavelmente não foi planejada pela docente para aquele dia. Após o momento de parque das crianças, uma delas, ao retornar para a sala, indagou para Rosa: “Professora, o que é Portugal?”. A docente informou-lhe que Portugal era um país um pouco distante dali. A criança mostrou-se insatisfeita com aquela resposta e tornou a questionar: “Mas distante quanto?”.

Rosa percebeu que a criança naquele momento precisava saber sobre Portugal, necessitando ver o que era Portugal e a distância que ficava de onde estávamos. Então, com o seu celular, pediu para a criança repetir sua pergunta. Enquanto a criança falava, a professora aproximava-lhe o celular, objetivando que o questionamento fosse feito ao *Google*. Pouco tempo depois, a professora passou a mostrar à criança fotos de Portugal, enquanto isso as duas instituía um diálogo sobre o assunto. Por fim, Rosa mostrou um mapa digital (também através do celular) à criança, enquanto apontava para os países Portugal e Brasil ali representados, objetivando que a criança compreendesse, mesmo que de modo parcial, a distância entre o nosso país e o questionado.

Tal fato mostra a presença de um recurso tecnológico (o celular) no fazer pedagógico da professora, mesmo não intencional, não planejado. Nas demais observações realizadas, o uso de caixa de som e vídeos curtos foram identificados. Já com Flor não presenciemos o uso de recursos tecnológicos da informação.

Por fim, durante as observações no CEI em sua totalidade podemos afirmar que apesar dos documentos normativos que regem a educação infantil brasileira – tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) e, no caso específico do Ceará, o Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC (Ceará, 2019) – orientarem e recomendarem a prática de experiências que possibilitem às crianças a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos, ainda há poucos recursos nas instituições que possibilitem essas experiências, o que certamente dificulta que os docentes oportunizem experiências com tais recursos.

As Entrevistas com as Professoras

As entrevistas foram realizadas individualmente com cada professora de modo presencial, objetivando-se que elas se sentissem confortáveis em participar e de partilharem conosco suas experiências e opiniões sobre a temática. Iniciamos as entrevistas indagando-lhes sobre sua formação inicial e continuada e suas experiências profissionais. Ambas as professoras são formadas em Pedagogia, vale salientar que Rosa possui especialização em Psicopedagogia, enquanto Flor estava cursando especialização em Educação Infantil e anos iniciais no ensino fundamental.

Ambas atuavam na Educação Infantil da rede municipal de Fortaleza como professoras substitutas. Rosa afirmou que sempre optou por trabalhar com a Educação Infantil, já Flor disse estar na Educação Infantil por uma “força do destino”, porém se sentia satisfeita com a sua turma de atuação.

Quando questionamos as docentes sobre o uso de recursos tecnológicos em sua prática docente cotidiana, a Rosa respondeu de modo sucinto que utilizava sim, entretanto, apenas em alguns momentos, quando questionamos quais recursos usava, ela respondeu que fazia uso frequente do celular e do computador, o que nos mostrou que as experiências das crianças com os recursos tecnológicos por vezes se limitam ao celular e ao computador.

Aproveitamos a oportunidade e lhe questionamos sobre o funcionamento da sala de inovação. Ela nos falou que ao mencionar o uso do computador estava justamente se referindo ao *Chromebook* da sala de inovação. Disse ainda que semanalmente realizava vivências com as crianças naquela sala: “Existe um cronograma de rodízio para o uso da sala, e o dia da nossa turma cai justamente em um dia da semana que me encontro em regência, então, planejo alguma vivência e faço uso do Chromebook”. Explicitou que em seu dia de levar as crianças para a sala de inovações, sempre planejava uma experiência para ser realizada, tais como assistir vídeos e escutar músicas, o que nos deixa preocupações, pois novamente assistimos à realização de atividades aleatórias desconectadas, descontextualizadas de algum projeto que pudesse estar sendo desenvolvido com as crianças.

Afirmou que geralmente utiliza o *Chromebook* para apresentar um vídeo ou música de modo coletivo, posto que na sala há apenas dois destes, o que impossibilita que as crianças explorem em pequenos grupos ou individualmente este recurso. Esse interesse das crianças pelos recursos tecnológicos parece se justificar pelo espaço privilegiado que ocupam em nossa sociedade. Anjos e Francisco (2021, p.129), relatam que as “[..]

crianças apropriam-se das tecnologias digitais, construindo suas hipóteses e construindo formas de uso próprias, o que demonstra sua atuação ativa no âmbito das TDIC”.

Flor, por sua vez, respondeu que não fazia uso de recursos tecnológicos com as crianças, posto que acreditava que as crianças bem pequenas não deveriam fazer uso de telas, portanto, não utilizava celular, *tablets* ou computadores em seu fazer pedagógico. Diante dessa fala, é notório que Flor, assim como Costa e Almeida (2022, p. 06) discutem, acreditava que o uso de recursos tecnológicos “[...] acarreta diversos prejuízos para a criança, a curto e longo prazo”. Então, numa mesma turma, presenciamos perspectivas antagônicas com relação às tecnologias da comunicação e da informação: uma consegue ver os efeitos positivos e a outra os negativos.

Perguntamos ainda a respeito dos documentos normativos que determinam que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil devem garantir experiências que possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos. Sobre essa determinação, perguntamos se a escola dispõe desses recursos para uso com as crianças. Rosa prontamente nos respondeu que gostaria e acharia interessante o uso de alguns recursos com as crianças, mas infelizmente esses recursos não existem na escola.

Já em relação à formação continuada sobre a temática aqui abordada, Rosa nos explicou que existia uma formação que a prefeitura estava disponibilizando para alguns docentes da rede municipal de Fortaleza com vistas a auxiliar os professores a compreenderem a função da sala de inovação e de como os recursos poderiam ser utilizados pelas crianças. Porém, no intermédio da nossa conversa, a professora lamentou não participar dessa formação, posto que esta não lhe foi disponibilizada.

Tal fala nos mostra a necessidade de formação continuada sobre a temática para todos os docentes e não apenas alguns, uma vez que o uso de recursos tecnológicos com as crianças não se limita a uma sala ou turma. Desse modo, concordamos com Anjos e Francisco (2021) quando afirmam que a deficiência na formação docente para a utilização de recursos tecnológicos dificulta a sua inclusão nas experiências com as crianças de creches.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que as tecnologias da comunicação e da informação estão presentes em todas as esferas sociais, em casa, cinemas, igrejas, hospitais ou em outros âmbitos da

sociedade. Desse modo, podemos afirmar que desde a tenra idade as crianças estão inseridas em uma sociedade tecnológica.

Todavia, na turma de infantil III pesquisada, observamos concepções opostas acerca do uso de tecnologias da informação e comunicação em âmbito escolar: i) Rosa utilizava as tecnologias de forma intuitiva e esporádica, se queixando da falta de recursos e do despreparo profissional para tal empreitada, desmontando o interesse por formação continuada para se aperfeiçoar em suas práticas docentes. Por tratar-se de uma temática nova em instituições escolares, justifica-se o despreparo ou o receio das docentes para com esses recursos tecnológicos; ii) Flor desaprovava o uso desses recursos, defendendo a ideia de que tais recursos não deveriam ser apresentados e explorados por crianças bem pequenas.

Anjos e Francisco (2021, p. 131) defendem que as crianças explorem materiais tecnológicos, no entanto, adverte que “[...] viabilizar experiências gratificantes para as crianças envolve, para além dos recursos, tanto em momentos presenciais como remotos, a interação com as crianças, construção de relações, manutenção da atenção no encontro, encorajamento para participação nas atividades, saber ouvir e questionar.”

Por fim, externamos que, apesar da iniciativa da Prefeitura de Fortaleza, ainda que embrionária, de implementar o uso de recursos tecnológicos nos Centros de Educação Infantil, a realidade nos pareceu bastante diversa do que apregoam os documentos normativos desta etapa da educação básica. Os recursos disponibilizados se limitavam a dois computadores e caixa de som. Os demais materiais na sala de inovação não se caracterizavam como tecnologias da informação e da comunicação: sucatas, tintas e pincéis.

Os recursos tecnológicos ainda eram minimamente utilizados em vivências com crianças bem pequenas na escola pesquisada, não havendo na creche os materiais orientados pelos documentos normativos, tais como, gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, entre outros. Por fim, comprovamos ainda a relevância e necessidades de formação continuada a todos as docentes para que possam apropriar-se do uso dos recursos tecnológicos e saber como utilizá-los em seu fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cleriston Izidro dos; FRANCISCO, Deise Juliana. Educação infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia. **Zero-A-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 125-146, jan. 2021.

ARAUJO, Elaine Vasquez Ferreira de; VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Sociedade Conectada: tecnologia, cidadania e infoinclusão. In: VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; ARAUJO, Elaine Vasquez Ferreira de (org.). **Tecnologia, sociedade e educação na era digital**. Duque de Caxias: Universidade Unigrario, 2016. p. 17-40.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Fortaleza, 2019.

COSTA, Larissa Silvano; ALMEIDA, Maria Paula Pereira Matos de. **A substituição do brincar**: implicações do uso de tecnologias por crianças de 0 a 2 anos. Implicações do uso de tecnologias por crianças de 0 a 2 anos.

FERNANDES, Devanir Ramos; MACHADOS, Alexsandro dos Santos. As TIC'S e a educação infantil: o lúdico, a inclusão digital e a aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 03, n. 06, p. 69-81, jun. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tics-e-a-educacao>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FORTALEZA, Prefeitura de (org.). **Mais de 500 profissionais da Rede Municipal iniciam formação para implantação de novas salas de inovação**. 2021.

MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa**.

<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=tecnologia>. Acesso em 6 de junho de 2024.

SARMENTO, Manuel. A Reinvenção do Ofício de Criança e de Aluno. **Atos de Pesquisa em Educação**, FURB, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez., 2011. Disponível em: Acesso em: 25 ago. 2018.

SILVA, Ângela Carrancho da. Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 527-554, jul. 2011. Trimestral.

VYGOTSKY, L.S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1998.